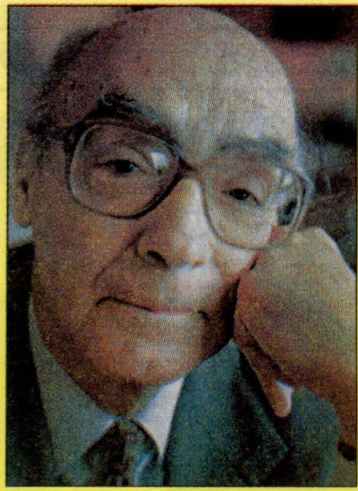


Saramago ganha Nobel de Literatura

O escritor português José Saramago foi o vencedor do prêmio Nobel de Literatura deste ano. É a primeira vez que um escritor da língua portuguesa ganha o Nobel. "A nossa pátria é a língua portuguesa", afirmou o escritor, em 1996, ao receber o prêmio Luís Camões. Além de seu indiscutível talento literário, Saramago tem compromissos políticos que estão na contramão da ditadura do pensamento único. Militante do Partido Comunista Português, ele afirmou, em 1989: "Nem o marxismo morreu, nem o comunismo foi uma fraude".

Página 8



AP

A Classe Operária



PROLETÁRIOS
DE TODOS OS
PAÍSES, UNÍ-VOS

R\$ 1,00

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

Oposição avança e denuncia manipulação eleitoral

FHC reeleito com apenas 1/3 dos votos dos 105 milhões de eleitores brasileiros



Os partidos que integram a União do Povo – Muda Brasil denunciaram, em nota conjunta, a “mais torpe manipulação político-eleitoral de que tem notícia a recente história republicana”. As eleições de 4 de outubro foram feitas para garantir um segundo mandato para Fernando Henrique Cardoso. A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB fez uma primeira avaliação dos resultados eleitorais e destacou o avanço da votação oposicionista.

Em seu primeiro pronunciamento como presidente reeleito, Fernando Henrique Cardoso confirmou as denúncias oposicionistas: prepara um pacote econômico recessivo que aprofundará a política de arrocho salarial, demitirá funcionários públicos e tornará o país ainda mais dependente do capital financeiro internacional

Páginas 2 e 3

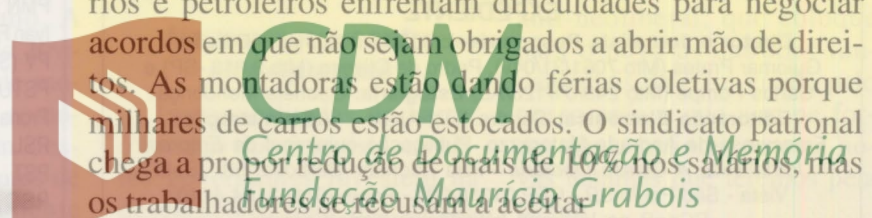
O PCdoB nas urnas

O Partido Comunista do Brasil elegeu 7 deputados federais e 10 deputados estaduais e participa de coligações que disputam o segundo turno no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Amapá e Mato Grosso do Sul. Nos Estados onde não disputa o segundo turno, os comitês regionais do PCdoB definiram o posicionamento dos comunistas

Páginas 2, 3, 4 e 5

Trabalhadores não abrem mão de direitos

Em campanha salarial, metalúrgicos, químicos, bancários e petroleiros enfrentam dificuldades para negociar acordos em que não sejam obrigados a abrir mão de direitos. As montadoras estão dando férias coletivas porque milhares de carros estão estocados. O sindicato patronal chega a propor redução de mais de 10% nos salários, mas os trabalhadores se recusam a aceitar



Página 7

A bancada do PCdoB na Câmara Federal

Agnelo Queiroz/DF



Eleito para seu segundo mandato com 65.752 votos, ficando entre os mais votados do Distrito Federal. Agnelo obteve 6,58% dos votos, 5º lugar geral na votação no Distrito Federal.

Agnelo é baiano de Itapeitinga e vive em Brasília há mais de 15 anos. Foi Presidente da Associação Brasileira dos Médicos Residentes e de sua congênere do Distrito Federal.

Em 1985 foi eleito Presidente do Diretório Estadual do Partido Comunista do Brasil do Distrito Federal - PCdoB/DF.

Agnelo elegeu-se deputado à primeira legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Em 1994, foi eleito deputado federal pelo PCdoB/DF, com mais de 24 mil votos.

Aldo Rebelo/SP

Reeleito com 84.288 votos, Aldo ingressou nas fileiras do PCdoB em 1976 e iniciou sua militância atuando no movimento estudantil, tendo sido eleito secretário geral e, posteriormente, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi fundador e primeiro coordenador nacional da UJS - União da Juventude Socialista. Em 1988 se elegeu vereador por São Paulo. Em 1990 foi eleito deputado federal, empreendendo destacada atuação na luta pelo impeachment de Collor. Foi reconduzido à Câmara Federal em 1994 com mais de 45 mil votos.



Reeleito deputado federal com 44.493 votos. Haroldo Lima, 58 anos, é engenheiro elétrico e foi eleito para seu quinto mandato na Câmara dos Deputados. Sua atuação destacada o transformou em referencial da esquerda no Congresso e na Bahia, principalmente no que se refere à resistência à política de desmonte do Estado pelo gover-

Haroldo Lima/BA



Reeleito deputado federal com 44.493 votos.

Haroldo Lima, 58 anos, é engenheiro elétrico e foi eleito para seu quinto mandato na Câmara dos Deputados. Sua atuação destacada o transformou em referencial da esquerda no Congresso e na Bahia, principalmente no que se refere à resistência à política de desmonte do Estado pelo gover-

no FHC e à luta pela independência e soberania nacionais.

Inácio Arruda/CE



Eleito para seu segundo mandato com a maior votação do Ceará, com 124.356 votos.

Inácio tem demonstrado vigorosa presença política no cenário social e intensa atuação parlamentar desde que foi eleito, em 1988, vereador em Fortaleza. Em 1990, foi eleito o deputado estadual mais votado de Fortaleza.

Em 94, a articulação entre as lutas de plenário de rua possibilitaram a eleição de Inácio, com mais de 90 mil votos (terceiro no Estado) para a Câmara dos Deputados, onde integrou as comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Jandira Feghali/RJ

Eleita para seu terceiro mandato com 105.307 votos.



Jandira foi eleita deputada estadual constituinte no RJ em 87, depois federal em 91 e 95. Marcou todos os seus mandatos com a luta em defesa da mulher e dos trabalhadores. Jandira é presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, diretora do Sindicato dos Médicos e diretora da Associação dos Funcionários do HG de Bonsucesso (INAMPS).

Sérgio Miranda/MG



Eleito para seu terceiro mandato na Câmara dos Deputados com 40.162 votos.

Sérgio foi apresentado pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) como um dos cem melhores deputados do Congresso Nacional por quatro vezes consecutivas.

Teve atuação destacada na Comissão de Orçamento em seu último mandato. Um trabalho que tem servido para passar a limpo o método utilizado por FHC no gasto das grandes cifras do orçamento brasileiro. Sérgio vem denun-

ciando o crescimento da conta dos juros e os baixos investimentos nas áreas sociais e até mesmo desvio do dinheiro público para atender critérios clientelistas de alguns parlamentares. Foi assim na compra de votos durante a votação da emenda da reeleição e nas votações das reformas econômicas e sociais.

Vanessa Grazziotin/AM



É a mais nova integrante da bancada comunista no Congresso. Eleita com a maior votação da coligação no Amazonas, 64.406 votos, 7,52% do total.

Farmacêutica, cumpriu três mandatos como vereadora em Manaus. Iniciou sua atuação política no movimento estudantil em 1980 e foi a primeira mulher a presidir o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Amazonas. Foi diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Em 1996, Vanessa foi reeleita vereadora com 17 mil votos, a maior votação da história de Manaus.

O novo Congresso		
Senado		
Coligação de Fernando Henrique		
Partido	1994	1998
PFL	24	20
PMDB	21	27
PSDB	14	16
PPB	7	5
PTB	3	0
Coligação de Lula		
PT	5	7
PDT	4	2
PSB	2	3
Coligação de Ciro Gomes		
PPS	1	1
Câmara dos Deputados		
Coligação de Fernando Henrique		
PFL	110	106
PSDB	95	99
PMDB	88	82
PPB	77	60
PTB	23	31
PSD	3	3
Total	396	381
Coligação Lula-Brizola		
PT	50	58
PDT	23	25
PSB	14	19
PCdoB	10	7
Total	96	109
Coligação Ciro Gomes		
PL	10	12
PPS	7	3
Total	17	15
Outros partidos		
PMN (Brig. Ivan Frota)	1	2
PV (Sirkis)	1	0
PSTU (Zé Maria)	0	0
Prona (Enéas)	1	1
PSL	0	1
PST	0	1
PSC (Sérgio Bueno)	0	2
Total	4	8



Lula e Brizola: "torpe manipulação"

A União do Povo e as eleições

A nação assistiu à mais torpe manipulação político-eleitoral de que tem notícia a recente história republicana. Para influir na opinião pública e alterar a vontade eleitoral, uniram-se o governo federal, os meios de comunicação de massa, os institutos de pesquisa, o poder econômico e mesmo a justiça eleitoral, que renunciou ao seu dever constitucional e ético de isenção.

A emenda da reeleição permitiu que os chefes de poder executivo concorressem à sua reeleição sem abandonar os respectivos cargos, o que legalizou a mais brutal utilização da máquina administrativa.

Uma legislação, elaborada segundo os interesses do candidato FHC, encurtou o período do programa eleitoral.

Os candidatos da oposição eram afastados do vídeo, enquanto a presença do presidente candidato e dos governadores candidatos se beneficiava com uma cobertura jornalística extensa e laudatória.

Os meios de comunicação de massa, sem exceção digna de nota, adotaram o discurso neoliberal e se transformaram em órgãos de campanha, a favor dos candidatos oficiais, do presidente candidato e de seus representantes nos Estados. Atuaram em defesa do candidato do governo e despolitizaram a campanha eleitoral. O processo político, a crise econômica, os temas nacionais de interesse do povo, foram arditamente retirados dos telejornais e o debate foi eliminado.

Os institutos de opinião, associados aos interesses dos candidatos situacionistas, e em acordo com os meios de comunicação de massas, manipularam as sondagens para induzir o voto. Emitiram boletins de pesquisa largamente divulgados pelos meios de comunicação que, como demonstraram os resultados eleitorais, jamais refletiram a vontade do povo brasileiro. Os eleitores foram às urnas, no dia 4, sob o peso de uma brutal campanha de imprensa que dizia e repetia que o processo eleitoral estava definido em favor do presidente candidato. Pes-

quisas de boca-de-urna, com indicadores manipulados, foram divulgadas até mesmo dentro do horário de votação, sem que as emissores fossem sequer advertidas pela Justiça Eleitoral.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a quem cumpre assegurar, em nome da República, a lisura do pleito, defendeu a conveniência de resolver a eleição no primeiro turno e, mais tarde, a reeleição do presidente-candidato.

O resultado das apurações, no plano nacional e em todos os Estados revela contradição entre as pesquisas, inclusive as de boca-de-urna, e a vontade eleitoral depositada nas urnas.

Apesar dessa manipulação, nossos candidatos nos Estados venceram o mesmo processo de manipulação.

Nossos partidos já elegeram os governadores em Alagoas e Acre e estarão disputando o segundo turno no Amapá, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro. Já elegemos senadores em São Paulo, Rio, Alagoas, Acre e obtivemos expressiva vitória nas eleições para a Câmara dos Deputados.

O candidato da União do Povo ainda disputa a eleição presidencial.

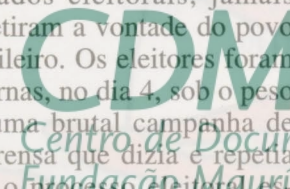
A fraude contra a República não se consumou plenamente. Mas precisa ser denunciada, combatida e a sociedade manter-se mobilizada para fiscalizar até o último voto.

Os partidos que integram a União do Povo Muda Brasil determinam às suas lideranças no Congresso uma ação conjunta visando a constituir Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a ação dos institutos de pesquisa, requerendo, preliminarmente, a quebra do sigilo bancário de seus proprietários. Conclama o Congresso e a sociedade civil a realizarem um amplo debate sobre o papel dos meios de comunicação de massa no processo eleitoral. São Paulo, 5/outubro/1998

Partido dos Trabalhadores/ Partido Democrático Trabalhista/ Partido Socialista Brasileiro/ Partido Comunista do Brasil/ Partido Comunista Brasileiro

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) **Estagiária:** Gabriela Mendonça. **Editoração Eletrônica:** Sandra Luiz Alves - **Administração:** Francyroze de Andrade Matarazzo. Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3104 4140 PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: classeop@ruralsp.com.br





A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB discutiu, no dia 8 de outubro, o resultado das eleições. A coligação União do Povo – Muda Brasil teve uma votação expressiva e ajudou a elucidar os eleitores sobre a política anti-nacional e anti-popular de FHC

Aumentam os votos na oposição

Carlos Pompe

Os partidos que integraram a *União do Povo – Muda Brasil* registraram um pequeno crescimento de sua representação no Congresso Nacional. Os partidos governistas continuam fazendo a maioria dos parlamentares, mas a bancada diminuiu de 396 deputados em 94 para 381 nestas eleições e de 69 senadores para 68.

O PCdoB elegeu 7 deputados federais e 10 deputados estaduais. Aumentou suas bancadas nas Assembleias Legislativas (veja quadro) e diminuiu a bancada federal (em 1994 o Partido elegeu 10 deputados federais), mesmo tendo crescido o número de vo-

tos para os comunistas. Na Bahia, o candidato ao Senado da coligação oposicionista, Daniel Almeida, do PCdoB, ficou na segunda colocação, como 559.291 votos (15,86% do total). “Houve um crescimento da votação absoluta do Partido, embora tenhamos mantido a votação relativa em cerca de 1,25% do eleitoral nacional”, afirmou o vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, lembrando que o eleito cresceu 10% em comparação com as eleições de 1994 (leia na página 4). No cômputo geral, houve um recuo, com a diminuição da bancada federal de nove para sete deputados (dos 10 eleitos em 1994, um abandonou as fileiras par-

tidárias). Aldo Arantes (Goiás) e Ricardo Gomyde (Paraná) aumentaram suas votações, mas não conseguiram um novo mandato. Socorro Gomes (Pará) não foi reeleita. A bancada comunista na Câmara Federal tem uma nova integrante, a amazonense Vanessa Graziotin.

O Partido integrou as coligações que venceram, no primeiro turno, as disputas estaduais em Alagoas e no Acre e participará do segundo turno das eleições para os governos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Amapá e Mato Grosso do Sul. Nos demais Estados onde ocorrerão o segundo turno os comitês regionais do Partido divulgaram o



posicionamento dos comunistas (veja nesta edição).

A Comissão Política fez uma primeira troca de idéias sobre as eleições gerais. A avaliação mais aprofundada

do resultado das urnas será realizada na reunião plenária do Comitê Central, após o dia 25 de outubro, quando ocorrerá o segundo turno das eleições estaduais.

A esquerda realizou uma campanha histórica

Na abertura da reunião da Comissão Política, o presidente do PCdoB, João Amazonas, destacou que as eleições gerais “foram atípicas. Ocorreram em meio a uma séria crise do capitalismo mundial, num ambiente em que o presidente da República impõe uma política reacionária, neoliberal, que vem agravando as dificuldades do país. E pela primeira vez abriu-se a possibilidade da reeleição. Todo o aparato do Estado foi colocado à serviço da vitória de Fernando Henrique Cardoso, assim como os meios de comunicação e os institutos de pesquisa. Até o ministro do Tribunal Superior Eleitoral fez uma declaração absurda a favor da reeleição do presidente! Ocorreram também a pressão e a influência internacional, com a intervenção aberta no processo eleitoral brasileiro, em especial do governo dos Estados Unidos”.

Para Amazonas “é preciso relativizar a vitória de Fernando Henrique. Os resultados alardeados de recordes de votação em favor do governo não se cumpriram. Em 94, Fernando Henrique teve 34 milhões de votos, e neste ano sua votação diminuiu. Isso apesar de um controle jamais visto dos meios de comunicação – os principais jornais do país chegavam a publicar

manchetes idênticas, sempre favoráveis a Fernando Henrique. O governo fez de tudo para impedir a formação de uma coligação de centro-esquerda em condições de enfrentar melhor o pleito, destruindo o PMDB. Buscou, de todas as formas e meios, desqualificar e desmoralizar Lula, o candidato oposicionista.”

Somente na quarta-feira, dia 7, Fernando Henrique pronunciou-se publicamente sobre o resultado das urnas, “e suas declarações confirmaram as denúncias da oposição: ele vai levar o país à recessão, aprofundar a política de arrocho salarial, a demissão de funcionários públicos, e contrair novos empréstimos a juros altíssimos. Cynicamente, ainda afirma que quer dialogar com os oposicionistas”, afirma o dirigente comunista.

Governo vulnerável à crise internacional

A orientação econômica subalterna de FHC face ao capital internacional deixou o governo vulnerável diante do aprofundamento da crise. Mesmo assim, o candidato oficial conseguiu beneficiar-se da situação, apresentando-se como alternativa de estabilidade e solução para os graves problemas que castigam o país. “Uma parte da popu-



Amazonas: “eleição atípica”

lação ficou amedrontada, queria alguém com capacidade e preparo. Mesmo sendo o principal responsável pela fragilidade do país diante dessa crise, Fernando Henrique foi visto por parcelas importantes da população como o candidato mais preparado para enfrentar os tempos difíceis que se avizinham. Mas a realidade é que esse governo que aí está não representa a estabilidade que proclama”, analisa João Amazonas.

A oposição registra um aumento de votos nesta eleição, “além do grande êxito de ter organizado e mobilizado uma ampla frente nacional contra o neoliberalismo. A *União do Povo – Muda Brasil* enfrentou uma grande mobilização dos meios de comunicação, que buscaram desmoralizá-la, e dos institutos de pesquisa, que seguidamente

apresentaram números falsos para enganar o eleitorado. A frente oposicionista realizou uma campanha histórica, de projeção e conteúdo, que determinou os temas que deveriam ser debatidos e denunciou o papel nefasto do governo Fernando Henrique Cardoso. Temos que considerar, contudo, que as atuais circunstâncias não foram favoráveis para a oposição. Apesar do aumento da votação, o crescimento no Congresso foi muito pequeno. Mesmo assim, o resultado eleitoral mostrou uma resistência que cresce e forma opinião. É preciso destacar o papel positivo desempenhado por Lula, que foi incansável em sua pregação democrática e oposicionista e firmou-se como uma liderança nacional, que devemos preservar dos ataques caluniosos orquestrados pela direita”, afirma o presidente do PCdoB. Os comunistas jogaram papel importante na coligação oposicionista, atuando no sentido da politização da campanha e conscientização do povo sobre os problemas atuais do capitalismo.

anti-capitalistas conseqüentes: “Há uma clara tentativa de ‘mudar a cara’ da esquerda”, alerta Amazonas: “Uma ofensiva para que os sindicatos deixem sua luta por melhores condições de trabalho e salário, de que os socialistas abandonem a oposição firme ao regime explorador. Os governistas querem uma oposição dócil, ‘propositiva’, conciliadora. Destacam, no mundo, os resultados da chamada ‘terceira via’, que na realidade nada mais é que uma espécie de neo-social-democracia. Também neste caso temos que desmascarar as intenções do inimigo de classe e, mais uma vez – em especial neste momento de aguda crise – ressaltar que a verdadeira solução para os povos é a construção de uma nova sociedade, que substitua o capitalismo. A verdadeira solução é o socialismo”.

O presidente do PCdoB situou as eleições como “uma batalha, um episódio da grande luta do proletariado por sua emancipação. Temos pela frente o desafio de organizar um amplo movimento cívico, anti-neoliberal, que coloque para o povo as questões fundamentais da crise vivida pelo nosso país e que agrupe forças ainda maiores para as nossas lutas e que teremos pela frente”.

Novo ataque contra as esquerdas
 Impossibilidades de barrar o avanço oposicionista, as elites governistas optaram pela descaracterização das forças

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois



Os comunistas e o resultado das eleições

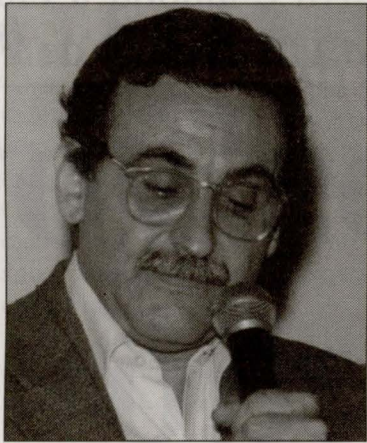
Renato Rabelo*

O Comitê Central do PCdoB vai reunir-se logo após o segundo turno para uma avaliação mais completa e aprofundada dos resultados das eleições gerais de 1998. No momento, podemos fazer algumas considerações iniciais, levando em conta as eleições parlamentares e os resultados já definidos no primeiro turno, em 4 de outubro.

Levando em conta a apreciação geral feita pelo presidente do Partido, João Amazonas (veja artigo nesta edição), vamos considerar o contexto destas eleições no país. Ela teve uma característica forte de tentativa de despoliticização e desideologização, feita pelas classes dominantes. Contra essa tendência, houve um grande esforço do PCdoB, em especial das campanhas de nossos candidatos a deputados federais, de politização. Esse nosso esforço teve um resultado bastante favorável, embora com problemas de maior volume de campanha.

Elites queriam o silêncio

O governo Fernando Henrique queria uma eleição silenciosa e sem mobilização,



Renato: "oposição unida"

sem comícios, sem povo nas ruas. Não houve sequer um debate nacional! Foi uma eleição que decorreu em período extremamente curto, com um pequeno período de utilização de rádio ou TV. Essa orientação governista nacional refletiu-se nas eleições estaduais, que também foram despoliticizadas, abordando mais de problemas localizados em cada área da Federação.

O eleitorado cresceu 4,73%, em relação à última eleição. Em 1996 (eleições municipais) foram 101.284.121 eleitores, neste ano foram 106.076.088. A utilização do voto eletrônico em quase todo o país levou a uma diminuição dos votos em branco e nulos, mas cresceu a abstenção em mais 20% em

todo o país.

Ocorreu também um crescimento do coeficiente eleitoral, que no Rio de Janeiro, por exemplo, chegou a quase 150 mil votos para garantir a eleição de um deputado federal e mais de 100 mil para eleger um deputado estadual. A Bahia foi outro Estado que se destacou, tendo ocorrido um crescimento muito grande da votação nominal.

A votação de Fernando Henrique Cardoso diminuiu de 54,3% em 1994 para 53,06% em 1998, enquanto a de Lula cresceu de 27% para 31,71% (21.475.348 votos). Fernando Henrique totalizou 35.936.918 votos, 2,4 milhões abaixo do total de abstenções, votos nulos e em branco, que chegou a 38,3 milhões. Ciro Gomes, do PPS, ficou em terceiro lugar, com 7.426.235 votos (10,97%).

O resultado eleitoral para o Congresso não alterou a correlação de forças. Um pequeno crescimento foi registrado para a oposição tanto na Câmara como no Senado (veja quadro com os congressistas de cada partido, em 94 e em 98, nesta página). Dos 14 governos estaduais decididos no primeiro turno, dois ficaram com a oposição: o do

Acre (Jorge Viana, PT) e o de Alagoas (Ronaldo Lessa, PSB).

A votação do Partido

O PCdoB diminuiu sua bancada federal, ficando com 7 representantes na Câmara, e aumentou a estadual, elegendo 10 deputados às Assembleias Legislativas (veja relação nesta página). Crescemos nossa votação absoluta, atingindo 800 mil votos. Ultrapassamos a barreira de 1% do eleitorado nacional, conforme exigência da legislação. Alguns de nossos candidatos tiveram votação expressiva, como Agnelo Queiroz (65.752 votos em Brasília, 1º lugar da coligação e 5º lugar do Distrito Federal); Inácio Arruda (124.356, no Ceará) e Jandira Feghali (105.307 votos). No Amazonas, a Vanessa Gazziotin recebeu 64.406 votos, 7,52% do total de votos válidos no Estado.

Outra vitória do nosso Partido foi a conquista de dois suplentes de senadores: Valter Sorrentino, segundo suplente do senador Eduardo Suplicy, em São Paulo; e Maria Ivone, segunda suplente da senadora Heloísa Helena, em Alagoas. Destacamos, também, a votação do nosso candidato

ao Senado na Bahia, Daniel Almeida, que recebeu 559.291 votos (15,86% do total).

Mesmo com o revés na bancada federal e suas consequências para o Partido, consideramos que o PCdoB saiu politicamente fortalecido das eleições. No geral, o resultado foi favorável para as forças de esquerda. O PCdoB teve atuação destacada na formação da frente oposicionista e apareceu com força expressiva. Defendeu posições justas e verdadeiras perante o eleitorado, denunciando o esquema governista e a política prejudicial ao país do governo Fernando Henrique Cardoso. Na reunião do Comitê Central analisaremos mais detidamente a atuação partidária, mas já podemos destacar a necessidade da oposição manter-se unida e buscar aumentar e fortalecer a inserção dos comunistas entre o povo. Novos ataques contra os interesses nacionais e populares, e contra a democracia, estão sendo orquestrados pelo governo federal. Os comunistas devem ocupar seus postos na resistência e na defesa dos interesses fundamentais da população.

* Vice-presidente do PCdoB

Eleger Marconi é derrotar o continuísmo e o autoritarismo

O PT, PCdoB e o PDT reafirmam, hoje, os seus compromissos com as lutas em defesa dos interesses do povo goiano. Os nossos partidos, constituindo a coligação Oposição pra Valer, disputaram no primeiro turno das eleições com a chapa Osmar Magalhães governador, Fábio Tokarski vice e Jorge Antonini senador. Assumiram também em Goiás a campanha Lula presidente e Brizola vice, combatendo a candidatura neoliberal de Fernando Henrique, fazendo críticas contundentes aos seus aliados no Estado e apresentando propostas concretas para mudar os rumos da política goiana.

Votação expressiva

Reafirmamos a presença atuante da esquerda no cenário político de Goiás. Com firmeza e coerência, enfrentamos o escandaloso poderio das campanhas milionárias. Obtivemos expressiva votação, elegendo parlamentares identificados com as aspirações populares e fortalecendo as perspectivas de vitória nos embates futuros. Mas a nossa chapa majoritária não conseguiu ir para o segundo turno. Assim, os dois concorrentes

ao governo de Goiás são, agora, Iris Rezende e Marconi Perillo, que dão sustentação ao presidente Fernando Henrique e apóiam o modelo neoliberal defendido por ele.

Isso impôs ao PT, PCdoB e PDT uma situação difícil que deveria ser enfrentada unitariamente. Chegamos à conclusão que, do ponto de vista dos interesses democráticos e populares, existe diferença entre a vitória de um ou de outro candidato. O PMDB, chefiado por Iris Rezende, está no governo há 16 anos, administrando o Estado como se fosse uma propriedade particular. O autoritarismo reinante no Palácio das Esmeraldas não permitiu o exercício da democracia. O legislativo, o Judiciário e os Tribunais de Contas passaram a ser considerados meros apêndices do Executivo.

A imprensa vem sendo sufocada e manipulada. O movimento social organizado, em especial os sindicatos, tornou-se vítima de todas as formas de perseguições. Portanto, diante de tudo isso, temos a convicção de que a vitória de Iris Rezende significaria a continuidade de um governo que tem trazido graves con-

seqüências para os interesses do povo e dos trabalhadores de nosso Estado. Já a eleição de Marconi representa, neste momento, a alternância de poder, abrindo possibilidade de resgate de aspectos democráticos da gestão do Estado que o governo do PMDB quer eliminar ou restringir.

Oposição a Iris

Por isso, o PT, o PCdoB e o PDT decidiram se opor à candidatura de Iris Rezende, apoiando a campanha de Marconi Perillo. A nossa opção tem como base, ainda, um termo de compromisso público, assinado por Marconi, em que ele se compromete com o resgate da democracia e com uma série de reivindicações populares tais como: respeito à liberdade de organização e manifestação popular; democratização e fortalecimento da educação pública, gratuita e de qualidade; garantia do direito à saúde pública, com qualidade, acesso universal, atendimento integral através da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS); a não privatização da Celg, Saneago, BEG e Iquego; a implementação da reforma agrária em Goiás; a melhoria do ser-

viço público e valorização dos servidores; política cultural democrática; defesa dos direitos das mulheres e defesa dos municípios. O nosso posicionamento, contudo, não elimina e nem atenua as diferenças e divergências que temos com os partidos e os representantes da coligação Certeza de um Tempo Novo.

O PT, PCdoB e PDT estão conscientes de que a reeleição de Fernando Henrique traz novas ameaças ao Brasil e ao seu povo. Mas os goianos podem estar certos de que permanecemos unidos e onde sempre estivemos, isto é, na permanente luta em defesa dos trabalhadores, da democracia, da soberania nacional, da ética e da justiça social.

É com essa convicção e essa confiança que conclamamos os militantes dos nossos partidos, os eleitores e o povo de Goiás a votarem em Marconi Perillo para derrotar o continuísmo e o autoritarismo.

Partido condena candidatos em Sergipe

O Comitê Regional do PCdoB em Sergipe decidiu não apoiar nenhum dos dois candidatos que disputam o governo do Estado no segundo turno. Para os comunistas sergipanos, tanto Albano Franco, do PSDB, quanto João Alves, do PFL, estão comprometidos com a orientação neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Eles não apresentam propostas ou posturas políticas que justifiquem um posicionamento favorável do PCdoB. Albano Franco, governador candidato à reeleição, em sua atual gestão prejudicou imensamente no Estado, seguindo à risca os mandos de FHC. João Alves já foi governador por duas vezes e, intimamente ligado ao esquema do baiano Antônio Carlos Magalhães, representa o coronelismo, o autoritarismo.

O PCdoB sergipano ficou com a primeira suplência para a Câmara Federal (a vereadora Tânia Soares). O candidato à Presidência da República da União do Povo - Muda Brasil, Lula, foi o mais votado em Sergipe. O trabalho capital do Estado.



NOTA SOBRE O 2º TURNO EM SÃO PAULO

“Maluf nunca mais”

1. O PCdoB-SP foi força de destaque na construção da frente oposicionista no Estado, sustentando da primeira à última hora a candidatura competitiva e renovadora de Marta Suplicy. Ficamos fora do 2º turno eleitoral ao governo do Estado por uma margem ínfima de votos. Pesaram para isso a imensa disparidade de meios entre as candidaturas e a instrumentalização das pesquisas de intenção de votos, manipuladas pelos grandes órgãos de comunicação para criar uma suposta necessidade de “voto útil” contra Marta Suplicy.

2. O 2º turno ao governo do Estado impõe séria reflexão e responsabilidade às forças de oposição. Paulo Maluf é expressão da *direita* mais reacionária, mentiroso contumaz que embala sua imagem com a mais deslavada demagogia fascizante. Maluf é sustentador ativo da política de FHC e está sempre acompanhado do que existe de mais fisiológico, oportunista e reacionário na vida política, como ACM. Sua carreira pública sempre deixou como rastro a malversação do bem público, o fechamento de espaços democráticos, o espíri-



to anti-povo se alastrando pelos espaços públicos. Seus mais de vinte anos de vida política foram marcados pelos fracassos administrativos da perfuração de poços de petróleo, pelos escândalos do financiamento de suas campanhas, dos precatórios e do frangogate, além de ser responsável direto pela péssima administração realizada na capital por Pitta. Sua postura antidemocrática ficou patente pelo acobertamento dos enterros clandestinos no Ce-

mitério de Perus de mortos na luta contra a ditadura, pelo massacre do povo da Freguesia do Ó, pelo assassinato do operário Santos Dias, pela oposição ao movimento das Diretas Já. Seu governo como prefeito da capital foi de duro ataque às conquistas populares e de endividamento irresponsável do município sem sequer uma obra de cunho social. Sempre mereceu e merecerá o repúdio ativo das forças democráticas e progressistas.

3. O PCdoB indica o voto anti-Maluf. Não é momento de omissão ou neutralidade. O voto em Covas impõe-se para barrar as pretensões malufistas. Quanto a seu governo, fizemo-lhe oposição, em face do desmonte do serviço público, das privatizações de serviços essenciais, da falta de prioridades sociais. Condenamos sua submissão à política do governo de FHC, que prostrou o Estado. Diante de um

novo governo Covas, apontamos que só a mobilização e luta popular pode garantir os novos rumos que São Paulo necessita trilhar. É nesse sentido, mantendo os compromissos e o projeto anti-neoliberal da frente oposicionista, que trabalharemos pela unidade dos que se opõe a FHC e ao neoliberalismo, honrando a confiança e o voto dos trabalhadores de São Paulo.

Comitê Estadual do PCdoB-SP

Deputados Estaduais do PCdoB

Acre	Edvaldo Magalhães	2.807 votos
Amazonas	Eron Bezerra	12.005 votos
Bahia	Alice Portugal	27.675 votos
Ceará	Francisco Lopes	48.035 votos
Goiás	Denise Carvalho	13.033 votos
Pará	Sandra Batista	6.525 votos
Pernambuco	Luciana Santos	26.594 votos
Rio de Janeiro	Edmilson Valentim	21.692 votos
São Paulo	Jamil Murad	47.778 votos
	Nivaldo Santana	37.416 votos

Minas não quer pagar a crise Minas vota em Itamar Franco

1. Inicia-se a segunda fase do processo eleitoral brasileiro onde, em alguns Estados, candidatos a governo se confrontarão. Esta nova etapa se realiza com o país envolvido em grave crise econômico-financeira e, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, recém conduzido num processo eleitoral manipulado, anunciando medidas de dramáticas conseqüências sociais.

2. No primeiro turno, o PCdoB, junto com outros partidos do campo democrático e popular, apoiou e participou da candidatura Patrus Ananias. Assim o fez por compreender que Minas necessita de um novo caminho que o leve a retomar seu desenvolvimento sob a direção de novas forças sociais. O resultado das urnas retirou nosso candidato da disputa.

3. Estamos diante de um novo quadro onde passaram ao segundo turno os candidatos Itamar Franco, do PMDB, e Eduardo Azeredo, do PSDB. O resultado desse segundo turno afetará não apenas Minas, mas todo o país, podendo fortalecer a base de susten-

ção de Fernando Henrique ou criar melhores condições para ampliar a resistência à sua política de recessão e desemprego. Não esqueçamos que o apoio da população ao presidente reeleito se fez num processo manipulado e de resultados restritos. Apenas 33% do eleitorado votaram em FHC, enquanto 35% abstiveram-se, votaram nulo ou em branco e 30% votaram na oposição.

4. Não temos dúvida sobre o significado da candidatura de Eduardo Azeredo. O seu governo foi e, se eleito continuará sendo, de completa submissão e alinhamento automático à política incoseqüente da coalizão conservadora que foi reconduzida ao poder. Votar em Azeredo é legitimar um governo que provocou danos prejuízos para o povo de Minas, do seu patrimônio e da soberania do país.

5. A candidatura de Itamar Franco, do PMDB, embora não tenha nascido das forças populares é a expressão de um outro projeto que apresenta diferenças com o hegemônico hoje no governo federal.

Em certos momentos, as forças que o integram alinham-se a setores populares como é o caso da atual administração municipal de Belo Horizonte.

6. Com o aprofundamento da crise econômica e social, torna-se maior a ameaça que representa o fortalecimento ou legitimação do esquema de FHC. O PCdoB considera que omitir-se nesta hora contribui apenas para manter a falsa idéia de um apoio que FHC não tem nem poderá ter em Minas. Assim, o nosso partido irá envidar esforços para derrotar o candidato oficial e eleger Itamar Franco para o governo de Minas.

7. O nosso apoio ao candidato Itamar Franco, neste segundo turno, aponta a necessidade de que o candidato deva assumir o compromisso de diálogo com as forças democráticas e populares, suspender o programa de privatização do Estado, aumentar investimentos nas áreas sociais e implantar um programa de desenvolvimento para reduzir o índice de desemprego.

Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil - MG

Kosovo: a guerra pelas minas

Sara Flounders

Por que, de repente, milhões de dólares em armamentos de alta tecnologia foram colocados à disposição do Exército de Libertação de Kosovo (ELK), pelos Estados Unidos e Alemanha?

Kosovo é freqüentemente retratada na mídia como uma região montanhosa e isolada, pobre e sem recursos, sem que a real riqueza de Kosovo – o complexo mineiro de Stari e os veios reluzentes de chumbo, zinco, cádmio, ouro e prata lá existentes – seja lembrada. O complexo mineiro vale no mínimo 5 bilhões de dólares.

Segundo o diretor de uma das minas, Novak Bjelic: “A guerra em Kosovo diz respeito às minas, nada mais, que são o Kuwait da Sérvia – o coração de Kosovo. ... Além disso tudo, Kosovo tem 17 bilhões de toneladas de reservas carboníferas.”

A riqueza de Kosovo é muito maior do que os ricos veios de minério existentes em suas minas. A mina Stari, com seus depósitos, é cercada por usinas de fundição, 17 localidades para tratamento de metais, pátios para cargas, rodovias para escoamento da produção, uma companhia energética e a maior fábrica de baterias de país. A capacidade das refina-

rias de chumbo e zinco encontra-se em terceiro lugar em todo o mundo.

De acordo com o diretor de uma das minas, “nos últimos três anos fizemos a extração de 2.538.124 toneladas de chumbo e zinco em estado bruto e produzimos 286.502 toneladas de chumbo e zinco e 139.789 toneladas de chumbo, zinco, cádmio, prata e ouro totalmente puros.”

Lucros provenientes destas minas estão ajudando a impedir que a Federação Iugoslava sucumba.

Este imenso complexo de mineração, refinação, energia e transporte de minérios em Kosovo pode bem ser a maior incontestável riqueza que ainda não se encontra nas mãos dos grandes capitalistas norte-americanos e europeus.

A decisão sobre quem terá o controle sobre as 22 minas e as várias usinas de processamento de minério no complexo de Trepca será tomada pelos vencedores da luta armada que hoje ocorre em Kosovo. O domínio da OTAN na região colocaria as corporações norte-americanas na melhor posição de futuros proprietários. Os conflitos nacionalistas fortalecem ainda mais esta posição.

Trechos do artigo “The New Worker” de Novo Partido Comunista da Inglaterra, nº 1016 de 21/8/98

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



FICHA DE LEITURA

Do socialismo utópico ao socialismo científico - Engels [3ª parte]

III- O Socialismo Científico explica o modo de produção capitalista, examinando-o em suas condições e características concretas, captando suas contradições e apontando para a sua superação.

– O capitalismo nasceu e desenvolveu-se no seio das contradições do regime feudal e buscando superar seus entraves:

- sob o regime feudal, a troca, compra e venda de mercadorias permitiam a satisfação das necessidades dos produtores individuais, numa elementar divisão social de trabalho, sem plano nem sistema, e a propriedade dos produtos baseava-se no trabalho pessoal;
- a manufatura e o artesanato, que se desenvolviam sob a influência da burguesia, chocavam-se com os entraves feudais das corporações e com os privilégios e vínculos institucionais característicos da ordem feudal;
- no regime capitalista, instituem-se a livre concorrência, a liberdade de domicílio, a igualdade de direitos dos possuidores de mercadorias; o vapor e a maquinaria possibilitam a transformação da manufatura em grande indústria e acelera-se o movimento as forças produtivas; implanta-se a organização planificada em cada fábrica, revolucionando a produção, tornando-a social – mantendo, contudo, as formas privadas de apropriação das mercadorias.

– Faça um quadro comparativo, anotando características do regime feudal e sua transformação, com o advento do capitalismo. (Capítulo III).

– Em um nível mais alto de desenvolvimento, a grande indústria passa a encontrar entraves no modo de produção capitalista:

- o trabalho assalariado torna-se regra e forma fundamental de toda a produção e converte-se em ocupação exclusiva do operário – expressando o divórcio entre os proprietários dos meios de produção e os possuidores da força de trabalho;
- a expansão dos mercados não pode desenvolver-se ao mesmo ritmo que a da produção, levando a crises, cada vez mais frequentes;
- aprofunda-se o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção: produção social versus apropriação privada; organização da produção em cada fábrica versus anarquia da produção no seio da sociedade;
- “o socialismo moderno não

é mais que o reflexo desse conflito material na consciência, sua projeção ideal nas cabeças, a começar pelas da classe que sofre diretamente suas consequências: a classe operária”.

– Anote manifestações das contradições do capitalismo e de suas crises - Capítulo III.

– O caráter social das forças produtivas compele à transformação das relações de produção, que exige a socialização dos meios de produção.

- no capitalismo avançado, os capitalistas isolados se juntam em sociedades anônimas e trustes; o Estado – representante oficial da burguesia – toma a seu cargo o comando direto da produção, mas as forças produtivas mantêm sua condição de capital (fruto da exploração do trabalho); quanto mais forças produtivas passam à propriedade do Estado capitalista tanto mais ele se converte em “capitalista coletivo” e tanto maior quantidade de cidadãos ele explora;
- a propriedade do Estado sobre as forças produtivas não é a solução para as contradições do capitalismo, mas abriga já em seu seio o instrumento para chegar à solução – que exige o reconhecimento do caráter social das forças produtivas modernas e, conseqüentemente, a harmonização dos modos de produção, de apropriação e de troca; para isso, só há um caminho: que a sociedade tome posse das forças produtivas e passe a dirigi-las;
- é necessário termos consciência dessa possibilidade: as forças da sociedade atuam, enquanto não as conhecemos, de modo cego e violento – mas, uma vez conhecidas, logo que saibamos compreender sua ação, suas tendências e seus efeitos, está em nossas mãos sujeitá-las e por meio delas alcançar os fins propostos;
- o proletariado toma em suas mãos o poder do Estado e principia por converter os meios de produção em propriedade do Estado; quando não houver mais classe que precise ser submetida, quando o Estado se converter, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo; o governo sobre as pessoas será substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção;
- apossando-se o proletariado dos meios de produção, a anarquia da produção social cederá lugar a uma organização planejada e consciente, criando condições para que os homens comecem a ter ple-

na consciência do que fazem: donos por fim de sua existência social, tornam-se donos da natureza, senhores de si mesmos, homens livres.

– Anote argumentos de Engels sobre: a necessidade de superação do capitalismo; as condições para essa superação; as tendências do desenvolvimento do Estado e das relações sociais, sob o socialismo. (Capítulo III)

ATENÇÃO!

A afirmação de que o marxismo converteu o socialismo em ciência refere-se ao esforço teórico para a explicação do modo de produção capitalista, na perspectiva de sua superação: em especial, a concepção materialista de história e a revelação do segredo da exploração capitalista através da mais valia, que devemos a Marx. Longe de constituir-se em verdades prontas e acabadas, trata-se de um sistema de pensamento que, como diz Engels, “nos resta desenvolver em todos os seus detalhes e concatenações” – estudando cada realidade, em suas transformações.

Refleta e Discuta

(retomando os Capítulos I, II e III)

1. O que Engels quer dizer com “situar o socialismo no terreno da realidade”?
2. Como a concepção materialista de história se contrapõe à concepção idealista?
3. Comente as seguintes afirmações de Engels: “as causas profundas das transformações sociais e das revoluções políticas devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia”; os meios para acabar com os males sociais “não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece”.
4. Qual é o conflito básico do capitalismo e quais contradições ele expressa?

Não deixe de ler

- As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo – Lenin – Em: **Obras Escolhidas**, volume 1, Ed. Alfa-Omega. Ou na brochura de mesmo título – Ed. Global.
- A Doutrina de Marx (O Materialismo Filosófico/A Dialética/A Concepção Materialista de História/A Luta de Classes) – Lenin – Idem. Idem.
- Materialismo Mecanicista e Materialismo Dialético – Paul Langevin – **Princípios** nº 18
- Por que o socialismo? – Albert Einstein – **Princípios** nº 36.

APROFUNDE AS REFLEXÕES SOBRE O SOCIALISMO CIENTÍFICO

Como parte de um plano de auto-formação de mais longo alcance, programe-se para estudar, entre outros, o livro **Anti Dühring**, de Engels. Informe-nos sobre grupos de estudo criados com esta finalidade. Comissão Nacional de Formação. Fone: (011) 232-1622. Fax: (011) 3106-4104. E-mail: pcdobcc@uol.com.br

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO 9



Disputas entre os imperialistas levaram à I Guerra Mundial 1914: a grande divisão

Bernardo Joffily

A Guerra de 1914-18 (ver o artigo 7) não foi surpresa. A II Internacional Socialista há muito debatia o tema, assumindo uma atitude *internacionalista*: os trabalhadores não deviam se matar uns aos outros em defesa dos interesses de “suas” burguesias, mas sim se opor à carnificina por todos os meios, sob o lema “guerra à guerra”.

Porém, quando o conflito começou, aumentou brutalmente a pressão guerreira de cada bloco burguês sobre “seus” trabalhadores. E os partidos da II Internacional racharam de alto a baixo, em três tendências principais e incontáveis nuances.

A ala chauvinista, a de centro, a internacionalista

Em quase toda parte a maioria dos social-democratas aderiu à febre belicista: os alemães alegavam a necessidade de combater o absolutismo russo; os franceses, a urgência de libertar os povos oprimidos pelos impérios austríaco e otomano. Cada um tinha sua boa desculpa. A votação dos créditos especiais de guerra simbolizou essa atitude *social-chauvinista* (do francês *chauvin*, nacionalista reacionário, adepto do lema “Minha pátria, certa ou errada”). Uma facção de centro, minoritária mas com nomes famosos como Kautsky (ver o artigo 6), pregava a volta da paz, sem levar em conta as causas de fundo do conflito inter-imperialista. Tentava, em vão, colar os cacos da II Internacional.

Por fim, a ala esquerda manteve o *internacionalismo*. Propunha que os operários voltassem as armas contra “seus” burgueses, transformassem a guerra imperialista em guerra revolucionária. E denunciava sem piedade os social-chauvinistas e centristas.

Esta tendência era minoritária. Na Alemanha, a votação dos créditos de guerra só teve o voto contrário de um deputado, o jovem Karl Liebknecht, que em 1916 fundou com Rosa Luxemburg a Liga Espartaco. Sua

força era maior na Bulgária e especialmente na Rússia.

O papel do bolchevismo russo e de Lênin

A Rússia, um imenso império semi-asiático, atrasado mas em rápida industrialização, vivia sob a tirania dos tzares. Em 1905 passara por uma grande revolução operária e camponesa, projetando-se como referência internacional. O movimento operário e o partido marxista eram jovens, muito perseguidos, mas vigorosos. Havia também um ativo partido de base camponesa, o Social-Revolucionário.

A esquerda era forte na Rússia, tanto que fora apelidada de *bolchevique* (maioria). Tinha ligação de massas, imprensa atuante, tradição de luta em condições difíceis, a experiência de 1905 e uma direção muito firme, onde avultava a figura de Lênin.

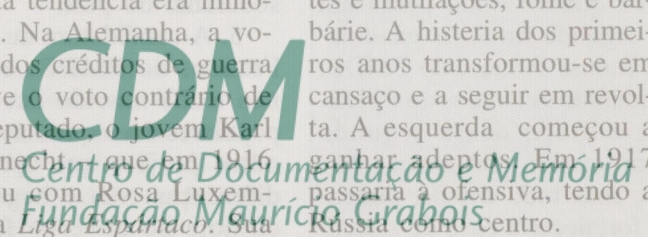
A luta entre reformistas e revolucionários seguira ali um caminho próprio, mais nítido e precoce. O choque de idéias já era aberto em 1902, quando Lênin escreveu *Que fazer?*. Desde a Conferência de Praga (1910) os *bolcheviques* tinham sua organização própria, separada dos *mencheviques* (minoría).

Face à cisão do movimento, Lênin e os bolcheviques proclamaram as claras a “falência da Internacional” e a necessidade de se criar outra. Em relação à guerra, defendiam a luta pela derrota da “sua” burguesia.

Depois da histeria, o cansaço e a revolta

No início da guerra, os internacionalistas ficaram isolados. Uma ensurdecadora propaganda belicista embriagava as massas. Militantes bolcheviques linchados ao fazerem propaganda entre os soldados.

Esse clima foi mudando conforme o conflito se arrastava, com seu cortejo de mortes e mutilações, fome e barbárie. A histeria dos primeiros anos transformou-se em cansaço e a seguir em revolta. A esquerda começou a ganhar adeptos. Em 1917 passaria à ofensiva, tendo a Rússia como centro.





As categorias com campanhas salariais neste segundo semestre são as primeiras a sentir os resultados da recessão que não é mais apenas uma ameaça. E as enfrentam dificuldades para negociar acordos em que não sejam obrigados a abrir mão de direitos

Patrões atacam direitos

Guiomar Prates

A indústria automobilística acumula um recorde de 200 mil veículos estocados nos pátios das montadoras e das concessionárias. Os resultados são demissões e férias coletivas. A Ford cancelou o turno de trabalho da noite em duas unidades. É a sexta vez que a empresa concede férias coletivas no ano para enfrentar a queda de consumo.

O diretor adjunto da Fiesp, Roberto Faldini, diz que "primeiro as empresas dão férias coletivas, depois trabalham com estoque de horas e a última alternativa são as demissões".

Em agosto, a atividade na indústria paulista recuou 2,7%. Esse recuo tem reflexos nos mais diversos setores. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por exemplo, com a diminuição da venda de carros acumulou um estoque de aço no pátio da usina em Volta Redonda (RJ). Cerca de 10% da receita da CSN, algo em torno de R\$ 300 milhões, vem da indústria automobilística.

A primeira reunião de negociação da Federação Nacional dos Metalúrgicos (FNM/CUT) com o setor da fundição estava marcada para o dia 15 de outubro. O presidente da FNM, Paulo Sérgio Ribeiro Alves, diz que é muito complicado negociar nesta situação. "A fábrica já está parada, fazer greve é difícil". Mas avisa que os trabalhadores não vão aceitar redução de salários ou de benefícios. "Se abrimos mão dos direitos agora, perdemos duas vezes, porque mais adiante vamos ter que enfrentar as demissões", afirma.



Como os patrões sempre procuram jogar o peso da crise nas costas dos trabalhadores, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), propôs, embora não oficialmente, a redução de 10% nos salários. A reivindicação dos metalúrgicos é de reposição das perdas acumuladas neste ano: 2,46%. Como a Constituição ainda proíbe a redução de salários, a Anfavea quer descontar dos salários o valor total dos custos de alimentação, plano de saúde, transporte e plano de aposentadoria.

O presidente da Federação dos Metalúrgicos diz que isso não será aceito de forma alguma e que é a política econômica que está errada. "Com os juros na estratosfera, de 50% ao ano, não dá para comprar carro. O povo não tem dinheiro para comprar à vista e, agora, também não tem financiamento".

Os números confirmam a constatação. Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta redução de 4,85% na expectativa de consumo dos brasileiros em relação a julho.

Além da mudança no rumo da economia, os metalúrgicos defendem a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução de salários. "É a forma que temos para manter o atual quadro e ampliar o número de vagas", afirma.

Nos momentos de crise o patronato tenta acuar os trabalhadores e outros direitos conquistados vão sendo ameaçados. As montadoras repetem uma idéia apresentada e não aceita no ano passado:

retirar da convenção coletiva dos metalúrgicos as cláusulas sobre pagamento de horas extras e de adicional noturno e seguir o que consta na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Hoje, a categoria recebe 25% de adicional noturno; a CLT define pagamento de 20%. A hora extra aos sábados é paga com 50% de acréscimo e a CLT define 25%; enquanto aos domingos é pago 100% e a CLT estipula 50%.

A data-base dos metalúrgicos da Ford, General Motors, Scania, Volkswagem e Mercedes-Bens é 1º de novembro. Na Fiat, a data-base é 1º de outubro e ainda não há acordo, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim.

Petroleiros à espera de propostas

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) entregou a pauta de reivindicações no dia 27 de agosto e até o dia 15 de outubro não havia recebido nenhuma manifestação ou contraproposta.

Depois de uma mobilização realizada no dia 30, atrasando a entrada, a Petrobrás resolveu prorrogar a validade do acordo coletivo até o final deste mês. O acordo venceria no final de setembro.

O presidente da FUP, Antonio Carlos Spis, avalia que a direção da Petrobrás está esperando as medidas que o governo federal deve anunciar ainda este mês. "Além do ajuste fiscal, o pacote do go-

verno poderá trazer outras medidas, ainda mais duras. A impressão que temos é que a direção da Petrobrás está esperando alguma que justifique congelamento de salários", afirma Spis.

Os petroleiros reivindicam reajuste de 1,13%, de acordo com o ICV/Dieese, mais as perdas oriundas de planos econômicos anteriores, equivalentes a 35,72%; e 19,54% de produtividade. Querem ainda estabilidade no emprego e reintegração dos demitidos por motivos políticos, de participação em greves da categoria. Do total de 85 demitidos nestas condições, 12 já foram reintegrados.

Curtas

Nova diretoria nos metroviários

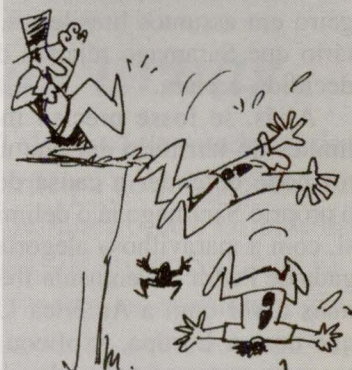
Toma posse, no dia 6 de novembro, a nova diretoria do Sindicato dos Metroviários de São Paulo. A chapa única foi eleita nos dias 8 a 11 de setembro, com a participação de 4.839 dos 7.188 associados do sindicato.

O novo presidente da entidade é Onofre Gonçalves de Jesus. A diretoria foi escolhida em convenção, onde cada área indicou seus candidatos.

A plataforma da nova diretoria contempla a defesa do metrô público, a aproximação do sindicato da base, a defesa e ampliação das conquistas da categoria.

Demissões em massa

As indústrias metalúrgicas da Grande São Paulo, Sorocaba, Campinas, Jundiaí e Piracicaba demitiram em torno de 1.300 trabalhadores entre os dias 2 e 8 de outubro, segundo levantamento dos sindicatos, com base nos pedidos de homologação. Nestes números não estão computadas as dispensas de funcionários com menos de um ano de casa, pois a rescisão contratual é feita na empresa.



Desemprego e efeito cascata

A suspensão do turno da noite na Ford de São Bernardo do Campo põe em risco o emprego de mil trabalhadores terceirizados da área de limpeza e restaurante. O alerta é da comissão de fábrica dos metalúrgicos da Ford. Os empregados das empresas contratadas não deverão ter a opção da licença remunerada nem programa de demissão voluntária. As contratadas da Ford empregam cerca de 2.500 trabalhadores.

Fenaban quer retirar anuênio

A campanha salarial dos bancários também não tem encontrado facilidades.

Os bancários reivindicam 5,85% referentes às perdas do Plano Real, 14,8% de produtividade; 25% do lucro dos bancos para ser dividido entre os funcionários a título de participação nos lucros e resultados; auxílio-educação e garantia no emprego.

Depois da terceira rodada de negociações, a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) se recusa a reajustar os salários e propôs um

abono de R\$ 700,00, não incorporado aos salários. Os banqueiros negaram todos os itens da pauta salarial e ainda propõe retirar o anuênio, que é de R\$ 7,88%.

As assembleias dos bancários rejeitaram esta proposta e esperam uma nova rodada de negociações.

No dia 30 de outubro, o Encontro Nacional dos Bancários, que acontece em São Paulo, vai definir a estratégia de mobilização e possíveis datas para a realização de greves da categoria.

O NOBEL DE SARAMAGO

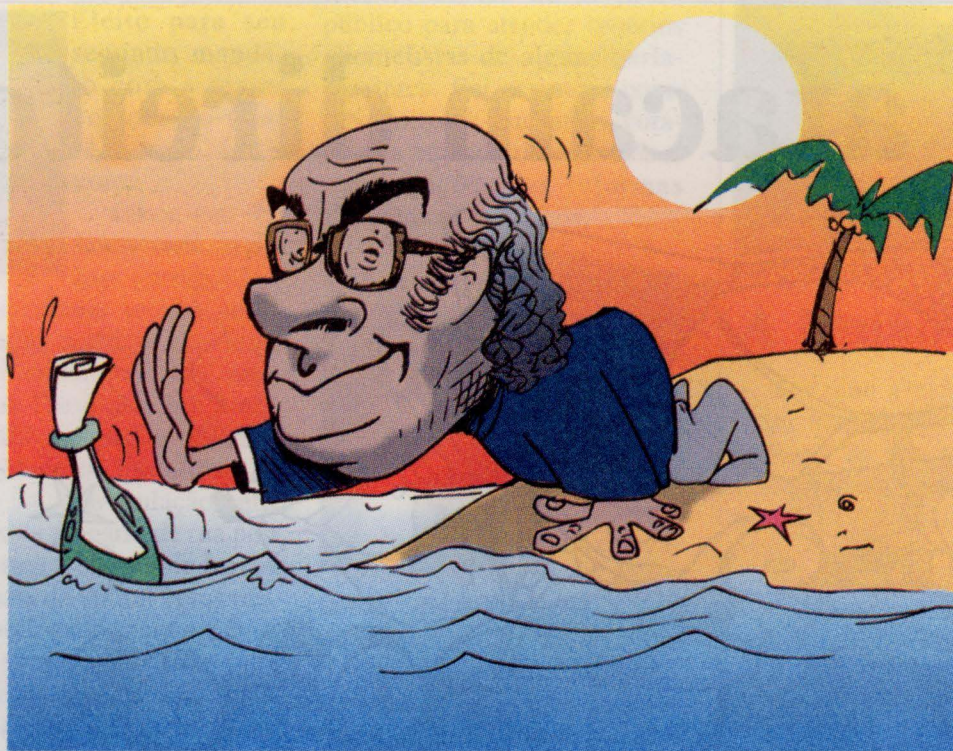
José Carlos Ruy

“A nossa pátria é a língua portuguesa”. Esta frase é do escritor português José Saramago. Disse-a em Brasília, em 1996, ao receber o prêmio Luís de Camões. Frase que exprime – e de certa forma antecipa – a alegria com que foi recebida, no Brasil e em todos os países de língua portuguesa, a notícia de que o prêmio Nobel de Literatura deste ano coube a Saramago.

Alegria, primeiro, pelo sentimento de pertencer a essa enorme comunidade lingüística, implantada em quatro continentes e registrada em uma rica literatura, que aborda as inquietações humanas e testemunhos da vida, da história e do pensamento em Portugal, no Brasil, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e demais regiões onde estão os cerca de 200 milhões de pessoas que falam português. É a sexta língua mais falada no mundo, cuja literatura até agora não havia sido agraciada com aquela distinção. E maltratada, como ele lamenta. “Pobre e sofredora pátria, tão mal ensinada, tão mal aprendida, inflada grotescamente de estrangeirismos inúteis, instrumento que já parece com risco de perder a sua necessidade e serventia”.

Depois, porque Saramago, sendo português, já se tornou bem brasileiro, incorporado à lista de nossos autores queridos, homem capaz de colocar seus escritos e atitudes a serviço da luta e das esperanças dos brasileiros. Quem duvidar que releia o texto que escreveu para o livro *Terra* (reproduzido na Revista *Princípios* nº45), com fotos de Sebastião Salgado, onde assume plenamente a bandeira dos trabalhadores rurais sem terra. Foi reprovado por isso pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, como intervenção de um estrangeiro em assuntos brasileiros, comentário que Saramago rejeitou de forma decidida e clara.

Aliás, se fosse preciso indicar os limites do território em que um escritor pode defender a causa do futuro, o próprio Saramago já o delimitou para si, com a maravilhosa alegoria da *Jangada de Pedra*: a Península Ibérica tem mais a ver com a América Latina do que com a Europa, explicou o escritor, para quem os povos das duas margens do Atlântico constróem uma espécie de Ibéria ampliada que – ele tem certeza – vai se consolidar no futuro. Mas Saramago não precisa de au-



torizações desse tipo. Um homem do pensamento faz parte do patrimônio comum da humanidade; tem, por isso, autoridade moral para enfrentar os poderosos e privilegiados em qualquer parte. E este é outro aspecto que sua figura ressalta: mais do que escritor progressista, Saramago é um veterano militante do Partido Comunista Português. Opção política que, geralmente, muitos jornalistas encaram como exótica. Encantados com os

brilharecos do capitalismo, não conseguem compreender como um escritor de sucesso, uma estrela que as páginas de variedades são obrigadas a acolher, continua comunista. Ele enfrenta essa estranheza com sua habitual ironia e sem rodeios. Como numa entrevista, a um jornal paulista, onde rejeita que um comunista seja visto como um caso particular da humanidade, e reclama de perguntas sobre suas relações com o partido.

Nunca me impuseram nada, disse. Sempre escrevi o que quis; sou comunista, e minha literatura não diverge da opinião do partido. E denuncia, irônico: nunca perguntam a um escritor de direita como é sua relação com o partido ao qual pode estar ligado.

Não há dúvida. Além de premiar um escritor de língua portuguesa – idioma que, pela sua presença na história e na geografia, é uma língua universal em pequena escala – a academia sueca premiou também um escritor comunista, coisa que não é trivial. Não o comunismo mitigado, domesticado, espécie de enfeite exótico com que muitos adornam uma radicalidade de consumo. Não. Aqui, trata-se de um escritor comunista que tomou o partido da humanidade, porque este é o caminho do futuro e, portanto, não se deixa abater pelas dificuldades da conjuntura. “Nem o marxismo morreu nem o comunismo foi uma fraude”, disse ele em 1989. “Mas há que se partir quase do zero para fazer por bem aquilo que se fez mal durante 72 anos, desde 1917”. Os sábios de Estocolmo, que há décadas deixaram critérios ideológicos interferir no julgamento para o prêmio Nobel, agora parecem redimi-lo premiando, por critérios literários, um escritor cujos compromissos políticos estão na contramão do pensamento único dominante. Alvissaras!

Saramago e as privatizações

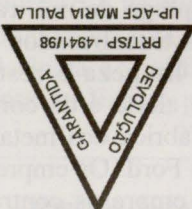
Além de excelente artista, José Saramago é também um político atuante, que expressa suas opiniões sobre os mais variados temas, em especial em seu diário, Cadernos de Lanzarote. Dele extraímos esta opinião sobre as privatizações, escrita em 1 de setembro de 1995:

Regressados de uma viagem à Argentina e Bolívia, os meus cunhados María e Javier trazem-me o jornal *Clarín* de 30 de Agosto. Aí vem a notícia de que vai ser apresentada ao Parlamento peruano uma nova lei de turismo que contempla a possibilidade de entregar a exploração de zonas arqueológicas importantes, como Machu Picchu e a cidade pré-incaica de Chan Chan, a empresas privadas, mediante concurso internacional. *Clarín* chama a isto “la loca carrera privatista de Fujimori”. O autor da proposta de lei é um tal Ricardo Marcenaro, presidente da Comissão de Turismo de Telecomunicações e Infra-Estrutura do Congresso peru-

ano, que alega o seguinte, sem precisar de tradução: “En vista de que el Estado há administrado bien nuestras zonas arqueológicas - qué pasaría si las otorgáramos a empresas especializadas en esta materia que vienen operando en otros países com gran efectividad?” A mim parece-me bem. Privatize-se Machu Picchu, privatize-se Chan Chan, privatize-se a Capela Sixtina, privatize-se o Pártenon, privatize-se o Nunu Gonçalves, privatize-se a Catedral de Chartres, privatize-se o *Descimento da Cruz* de Antonio da Crestalcore, privatize-se o Pórtico da Glória de Santiago de Compostel, privatize-se a cordilheira dos Andes, privatize-se

tudo, privatize-se o mar e o céu, privatize-se a água e o ar, privatize-se a justiça e a lei, privatize-se a nuvem que passa, privatize-se o sonho, sobretudo se for o diurno e de olhos abertos. E finalmente, para florão e remate de tanto privatizar, privatizem-se os Estados, entreguem-se por uma vez a exploração deles a empresas privadas, mediante concurso internacional. Aí se encontra a salvação do mundo... E, já agora, privatize-se também a puta que os pariu a todos.

Saramago, José. *Cadernos de Lanzarote, Cia. das Letras, São Paulo, 1997, pp. 585-586.*



IMPRESSO

CEP 01318-020 - São Paulo - SP

Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista

Tel.: (011) 3104 4140



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

